

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1016 - 20/02/2017

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

ANO LETIVO COMEÇA NOVAMENTE COM NÃO ABERTURA DE TURMAS E CURSOS

Apesar dos resultados positivos que de uma maneira geral o vestibular apresentou, o início do semestre repetiu o conhecido cenário de turmas que não abriram por não completarem o número estipulado como mínimo.

Na Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes (Faficla), os cursos de Artes do Corpo, Curadoria e Licenciatura em Inglês não tiveram turmas abertas. Na Faculdade de Ciências Sociais, o bacharelado de Geografia também não atingiu o número mínimo de alunos e, como o fato se repete há quatro anos, o curso deixará de existir. Também o turno noturno do curso de Serviço Social não conseguiu número suficiente para seu funcionamento.

Na faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia todos os cursos já existentes conseguiram abrir turmas. O problema ficou com os quatro cursos novos oferecidos este ano que não conseguiram alcançar o patamar mínimo. Para o diretor Daniel Gatti esses cursos novos possuem um potencial alto de viabilidade, mas precisam de uma publicidade mais eficiente do que aquela feita neste vestibular.

Outro problema enfrentado pelos cursos da Marquês de Paranaguá é o aumento da taxa de transferência. Cursos como os de Engenharia,

principalmente, têm uma razoável procura para transferência nos últimos anos. A taxa paga pelo aluno, que era de R\$ 100 subiu para R\$ 500, o que pode ter também assustado os futuros ingressantes.

Na Faculdade de Economia e Administração todos os cursos tiveram procura suficiente para sua abertura, o mesmo acontecendo com a Faculdade de Direito e a Faculdade de Educação. Na Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde o curso de Psicologia não encontrou problemas para abrir suas turmas, porém a Fonoaudiologia ainda aguardava um posicionamento final da universidade sobre a abertura de suas turmas.

UNIVERSIDADE MENOR

Mais uma vez percebe-se a tendência de todos os anos de fechamento de cursos que não têm uma procura suficiente para se enquadrar nos parâmetros da Fundação São Paulo. No próximo ano deixará de funcionar um dos cursos mais tradicionais da universidade, o bacharelado de Geografia, que, por quatro anos consecutivos não alcançou o número de corte para viabilizar turmas. Neste ano o curso conseguiu a inscrição de 14 alunos mas em anos anteriores esse número chegou a 19. No PDI (Plano de Desenvolvimen-

to Institucional) 2015-2019 o curso de Licenciatura em Geografia consta como extinto.

Mais uma vez as chefias e direções questionam os parâmetros impostos pela Fundasp como a não aceitação de alunos portadores de diploma ou transferências e Prounistas para compor o número mínimo exigido. Muitas vezes por questão de dois ou três inscritos inviabiliza-se um curso inteiro.

A elitização da universidade é outro fator decisivo para a não abertura de turmas. Em um momento de crise econômica um dos fatores preponderantes na escolha de uma universidade é o preço da mensalidade e, vale dizer, a PUC-SP subiu suas mensalidades acima da inflação de 2016, chegando a registrar acréscimos de até 9% em alguns cursos.

Também a falta de uma publicidade efetiva e diferenciada para cursos que têm uma procura diferenciada é apontada como um problema para a viabilização de turmas.

Dessa maneira a PUC-SP vai perdendo cada vez mais o seu caráter de universidade, que abarque a maioria dos campos do saber, para ficar apenada como mais um instituto de educação. Mas a consequência mais dramática recai sobre os docentes que não encontrando turmas suficientes deverão reduzir os seus contratos e, no final da linha, serem demitidos.

FORA TEMER!

ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

CONTRA A REFORMA TRABALHISTA!

PREPARAR A GREVE GERAL!

FUNCIONÁRIO

Fortaleça sua entidade!

**Associe-se
à AFAPUC**

Funcionários realizam mais uma confraternização anual

Com muita música e alegria funcionários comemoraram mais um final de ano. Apesar das dificuldades que a universidade e o país enfrentam ainda sobrou um tempinho para renovar as esperanças por um ano melhor.



Não faltaram dança e animação no encontro dos funcionários no dia 23/12



Papai Noel fez a alegria da criançada (acima). À direita a reitora Maria Amalia Andery e sua equipe marcam presença no evento



O sorteio de brindes alegrou os funcionários (esquerda). À direita a presença do pessoal de Sorocaba

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Verônica Lugarini, Marina D'Aquino

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira,

Jason Tadeu Borba e Victória C. Weischardt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Funcionários são ameaçados pela ida à confraternização anual

Com o final do ano de 2016 um dos poucos e tão esperados momentos para os funcionários se descontraírem aconteceu num clima de festividade natalina onde os presentes puderam confraternizar com seus colegas, amigos e familiares em um ambiente de integração, com a sensação de dever cumprido em um ano de dificuldades profissionais e financeiras.

A festa teve a animação do grupo Salada Samba Rock, conhecido por suas apresentações nas baladas de Sorocaba, contou com a presença marcante do Papai Noel que, se não tirou grandes suspiros dos adultos, por outro lado, fez a alegria da criançada que cada vez mais tem comparecido e prestigiado a nossa festa junto com seus familiares. Com os brinquedos colocados à disposição a garotada pode se divertir sob a supervisão de monitores e de seus familiares. O buffet servido pelo nosso parceiro Restaurante La Finestra, sob a coordenação do Sr. Virgílio, mais conhecido por Chico, não deixou nada a desejar e, mais uma vez, reforçou a competência e profissionalismo com que vem trabalhando ao longo desses 20 anos de parceria.

Como em todos os anos a AFAPUC, conjuntamente com alguns dos seus parceiros, sorteou alguns brindes como forma de presentear e retribuir a participação e organização coletiva dos associados na construção de um ambiente saudável de trabalho. A festa contou, ainda, com a presença da nova reitora, Profa. Dra. Maria Amália Pie Abib Andery e parte sua equipe de trabalho que interagiu com os convidados

nos remetendo a um passado não muito distante em que, apesar de nossas diferenças, todos trabalhávamos por uma universidade coesa, unida e não "dividida". Aproveitamos aquele momento de confraternização para homenagear os amigos e conhecidos que nos deixaram no ano de 2016. O presidente da AFAPUC Francisco Cristóvão solicitou um minuto de silêncio em memória a Dom Paulo Evaristo Arns, a funcionária Valdirene Rocha da Silva, mais conhecida como a Val da "copa", e outros amigos e colegas. Em um silêncio espantoso as pessoas puderam refletir a importância do papel que cada semelhante teve e tem em suas vidas. Nem que por poucas horas, foi importante vivenciar e participar juntamente com as pessoas que no seu dia a dia ajudam a PUC-SP e Fundasp a ser uma universidade de qualidade.

Apesar de toda essa harmonia e descontração não podemos deixar de citar que, num gesto cordial que vem se repetindo, a Fundasp, na pessoa do Secretário Executivo, procurou nos últimos dez anos de sua participação mais direta na administração, manter a liberação do trabalhador da Fundasp após 12h do dia 23/12 para que os mesmos pudessem estar desfrutando daquele momento de confraternização com os seus familiares e amigos.

O interessante é que embora a AFAPUC tenha tido autorização por escrito do Sr. Secretário Executivo, Padre José Rodolpho Perazzolo, datado de 20/10/16 dispensando todos os funcionários no dia 23/12, a partir das 12h, decisão reforçada pelo

e-mail institucional da Divisão de Recursos Humanos (DRH), fomos surpreendidos com um movimento de boicote à dispensa. Apesar do comunicado da DRH ter circulado por toda comunidade, criou-se um ambiente de ameaças e de assédio por parte de algumas chefias e foram ouvidas frases do tipo: "Se você sair, agunte as consequências depois; o padre irá dispensar todos que não cumprirem suas ordens".

Como consequência criou-se um clima de terror onde muitos dos nossos colegas, pela ameaça de perderem seus empregos e acusados pelos seus compromissos financeiros para com seus familiares, não deixaram a universidade.

Nem é preciso aprofundar a análise de que tal atitude causou injustiça e disparidade, pois muitos puderam usufruir da prerrogativa de folgar meio período e outros tantos tiveram que trabalhar. Assim, perguntamos: quem irá assumir as horas trabalhadas dos funcionários que tiveram o cerceamento de sua saída? Haverá o pagamento de horas extras? Lembramos que o banco de horas não está aprovado junto ao sindicato e, por outro lado, a realização de horas-extras está terminantemente proibida pela administração desta universidade e pela mantenedora, com publicação de ato conjunto para este fim, e agora? Apenas o funcionário arcará com o "prejuízo"?

Sabemos das dificuldades por que passa a PUC-SP/Fundasp, sabemos dos nossos deveres, sempre que somos chamados à responsabilidade não medimos esforços, nos doamos, ignora-

mos compromissos particulares em prol do trabalho em equipe e obtenção de resultados; estamos sempre prontos a servir e muitas vezes até ignoramos direitos salvaguardados pela CLT, mas também conhecemos nossos direitos.

Não queremos nenhum tipo de tratamento diferenciado, só lembramos a necessidade da manutenção da isonomia e do respeito ao ser humano e nos perguntamos:

De onde partiu esta ordem já que tínhamos a autorização da mantenedora?

Será que este tipo de assédio ocorre porque determinadas pessoas não foram preparadas para assumir a posição que ocupam e acabam se impondo pela arrogância e prepotência, levando o seu semelhante à condição de submissão e constrangimento?

Será que estamos convivendo com pessoas que entendem o questionamento como uma ofensa? Que julgam nunca errar e remetem o erro sempre ao subordinado, pois só lhes interessam os louros e a submissão de seus comandados?

Não, não é possível, custamos a acreditar!

E o pior de tudo, ainda não temos a perspectiva de aprovação da flexibilização das leis trabalhistas, da reforma da previdência e a regulamentação da terceirização também para a atividade fim que, se aprovadas, fortalecerão mais ainda a precarização das relações de trabalho.

O que será de nós? Será que adotaremos o termo "Karoshi", tão usado no Japão, que significa "morrer de tanto trabalhar"? É isso que queremos?

Diretoria da AFAPUC

APROPUC posiciona-se contra a culpabilização do professor Edson Passetti

A Comissão Processante do professor Edson Passetti, instaurada na gestão Anna Cintra, e reconduzida pela nova reitoria deu prosseguimento aos trâmites do processo. Dessa vez, porém, optou pela convocação de uma sessão da chamada Justiça Restaurativa.

A diretoria da APROPUC entende que, embora o encaminhamento do processo tenha sido modificado, permanece ainda clara a punição de uma das partes, o que torna a discussão viciada, já que não se procura

uma conciliação e sim uma culpabilização (que pode ou não ser punitiva), mas que exporá o professor de maneira absurda.

O encaminhamento da questão desde seu início mostrou-se equivocado. Sem que fosse lançada mão de qualquer outro tipo de investigação, parte-se para o processo administrativo, última etapa de uma sindicância e que pode conduzir a uma demissão por justa causa. A APROPUC desde o início vem se posicionando veementemen-

Professor Edson recebe prêmio pela luta por direitos humanos

O professor Edson Passetti foi indicado para ser homenageado, no dia 3/4, no Rio de Janeiro, com a medalha Chico Mendes. A Comenda foi criada em 1988 pelo grupo Tortura Nunca Mais (RJ) para homenagear pessoas e grupos que lutam pelos direitos humanos. Nesta página reproduzimos artigo enviado pelo professor Edson para o *PUCviva*.

te contra esse tipo de medida levantando a bandeira da nulidade do processo contra o professor. E, nesse sentido, esperamos que a

questão seja resolvida no âmbito da universidade, dentro do espírito democrático que sempre ordenou a vida interna da PUC-SP.

Nas entranhas da conciliação

Edson Passetti

Sabemos que não havia decisão de morte nos campos de concentração e extermínio instalados pelos nazistas sem um acordo conciliatório entre SS e o Conselho de Judeus. A SS, respondendo a uma intimação de governo, encaminhava quantos deviam morrer e dentre eles, preferencialmente, crianças e velhos. Porém, quem decidia quais seriam os mortos era o Conselho de Judeus responsável por elaborar a lista. Tratava-se de uma conciliação macabra. Uns exigiam os mortos, os outros respondiam na esperança da sua raça sobreviver. O nazismo definiu quem devia viver e quem devia morrer. Era o desejo de cada alemão que amava o nacional-socialismo.

Soubemos anos mais tarde, por meio da reportagem elaborada por Hannah Arendt sobre o julgamen-

to de Adolf Eichmann - um carrasco que simplesmente respondeu apenas cumprir suas obrigações e ordens de seu trabalho -, que matavam porque alguns se prestam a cumprir a função. Eichmann pretendia encontrar uma solução conciliatória sobre argumentos que o inocentassem diante dos homicídios de guerra.

Em 2015, Laurent Binet, em seu último romance, após HHHH - um surpreendente exercício literário e histórico sobre Heinrich Himmler, o chefe da SS surpreendido e alvejado em emboscada por dois tchecos -, escreve A sétima função da linguagem, que em português recebeu o título Quem matou Roland Barthes? (2016). Trata-se de uma disputa pela sétima função da linguagem elaborada por Roman Jakobson entre governantes de Estado, no caso Giscard e Mitterand, às vésperas do pleito eleitoral. As rezingas vão

de colóquios a saunas, até o Clube do Logos, onde dois contendores, a cada sessão, estão concordes com a perda do dedo mindinho pelo vencido. A solução conciliatória, com base nesta amputação consentida, é o que fortalece o discurso retórico no clube, seus juízes e aspirantes.

Neste caso também está em jogo a decisão por um tribunal. Portanto, seja o da lei, o dos experts, ou o mais funéreo deles entre algozes e condenados no campo de concentração e de extermínio, todos seguem a hierarquia superior. Está em jogo garantir o tribunal, produzir o triunfo de lei ou normas sobre o resto e, por vezes, com uma macabra conciliação incluída.

No meu caso, desde o princípio não estava em questão a conciliação, a justiça restaurativa, e muito menos o abolicionismo penal. Apenas a forma autoritária do exercício do tribunal penal a partir de uma

denúncia reconhecida como verdade pelos superiores, o que situou o caso como exercício regular governado pela punição (eu como professor que desrespeitei o empregador e, portanto, disponível às sanções previstas).

O processo, inicialmente, ignorou o direito ao contraditório, e a presidente da comissão sindicante e processual, ao ser questionada pelo meu advogado, imediatamente anulou esse trajeto. O procedimento convencional se impôs e as duas acusações a mim destinadas pelo ato da Reitoria, relativas à indisciplina contra o empregador, não se sustentaram. Restou o alegado assédio moral.

Seja nas semanas finais de governo da antiga reitoria ou nas primeiras da nova, nada mais se fez. Ouviram-se alguns pronunciamentos acerca da

continua na próxima página

continuação da página anterior

justiça restaurativa a ser implantada, acompanhada de recomendações de respeito entre os membros da comunidade, a se aprender com os erros, etc. Isso tudo intercalado pela afixação nas paredes da universidade de carta anônima intimidativa aos professores, declaradamente redigida por um ou mais funcionários, a partir de meu nome em seu título, e também incluída, arbitrária e autoritariamente, como encarte no jornal da APROPUC (PUCviva 1014) por algum ze-

loso servidor no cumprimento de ordens, agora muito além de suas devidas funções. E o arrogante sou eu?

Solicitada em petição à Reitoria a averiguação do caso, o despacho remeteu à presidente da comissão; enviaram um convite para eu participar de uma sessão de justiça restaurativa do qual declinei, por não desconhecer que nos procedimentos desta alguém deve se reconhecer culpado. Nova sessão foi anunciada para 14/2. Um dia antes, a "vítima", estranhamente, decidiu constituir advogado e este alegou necessida-

de de tempo para se inteirar do processo. Nova sessão foi agendada para 23/2. O teatro do direito permanece funcionando.

Talvez não seja demais lembrar ou situar, mais uma vez, que a justiça restaurativa é uma das expressões do desejo penal que se espalhou por vários cantos do planeta a partir da captura ardilosa de uma prática de conversação dos maori apartada da lógica do castigo e insuportável aos civilizados que jamais deixam de olhar para o que é selvagem, indomesticável, indomável como nocivo e pernicioso ao que se pre-

tende exemplo e exemplar.

"Entre os papuas, a linguagem é muito pobre; cada tribo tem sua língua, e seu vocabulário se empobrece continuamente porque, depois de cada falecimento, suprimem-se algumas palavras em sinal de luto" (Roland Barthes, em *Crítica e Verdade*, p. 200). Sapientes e singulares eram os papuas.

Agradeço a todos que manifestam seu apoio em <https://goo.gl/LrNiZ> e por meio de cartas e moções.

Edson Passetti é professor da Faculdade de Ciências Sociais

Mortes de funcionários e professores entristecem a PUC-SP

Durante o período de férias perdemos alguns funcionários e professores que deixaram muitas saudades para toda a comunidade. No dia 18/1, na Capela da PUC-SP, foi celebrada uma missa de inten-

ções em memória de José Manoel Andrade Gomes (DTI), Ivanilde Lucena Tavares da Silva (ex-funcionária da Reitoria), Valdirene Rocha da Silva (Copa), Joseli Moraes (Serviço Médico) e Profa. Rosa Maria Farah

(Faculdade de Psicologia).

Mas além deles os últimos meses foram marcados por outras perdas significativas para a universidade: Francisco Gonzalez (ex-professor da FEA), Viviane Tessitore (Cedic), e

Claudio Geromel (ex-funcionário da Deric).

Abaixo publicamos um texto das funcionárias Sandra Costa, do Setor de Bolsas e Larissa Trevisan Pereira, da SAE, sobre os funcionários que perdemos.

Homenagem aos queridos amigos e funcionários

Tivemos um ano difícil em 2016 e quando estava chegando ao fim, período em que as esperanças se renovam para o novo ano, fomos surpreendidos com o repentino falecimento da Val - funcionária da copa do prédio novo.

Iniciou o novo ano e como todo bom brasileiro que somos, com a esperança renovada por dias melhores, fomos mais uma vez surpreendidos com a notícia do falecimento da Ivanilde, ex-funcionária da reitoria, e na mesma noite do Manoel, funcionário lotado na DTI.

Foram perdas difíceis pois todos eram muito

conhecidos e queridos.

Quem não se lembra do sorriso e da alegria da Valdirene, a querida Val, quando íamos à copa para pegar o café? Para quem a conhecia um pouco melhor sabia que muitas vezes passava por situações complicadas na vida pessoal, mas aquele sorriso, aquela alegria, estavam sempre presentes no atendimento de todos.

E a Ivanilde, a querida Iva, tantos anos de dedicação a esta universidade, participou de momentos históricos como o incêndio do TUCA e sua reconstrução, sua dedicação ao trabalho, sua disponibilidade em ajudar sempre seja lá quem fos-

se, bastava estar precisando de algo, estava ali sempre pronta a buscar soluções.

E o Manoel, nosso querido Manu, sempre disposto a nos atender, prestativo e transbordando amor. Um ser humano excepcional, que dava valor a cada um de seus colegas e familiares, que amava a vida e nos transmitia todos os dias positivismo. Sempre contribuindo muito com essa Instituição com seu profissionalismo. Para sempre seu sorriso e bom humor estarão em nossas lembranças.

Começamos o ano perdendo pessoas queridas e infelizmente não podemos

mudar os acontecimentos. Podemos sim guardar na nossa recordação os bons momentos vividos com cada um deles perpetuando sua memória em nossa lembrança e nosso coração.

Val, Iva e Manu, com certeza a falta da presença física de vocês será sentida por muitos de nós no dia a dia, mas tenham certeza que muito maior será nossa saudade e nossa vontade de que trilhem cada um seu novo caminho com a mesma eficiência que sempre tiveram. Confiamos em vocês!!!!

Saudades eternas,
Amigos da PUC

Acordo Interno de professores e funcionários vence em fevereiro

O Acordo Interno de professores e funcionários da PUC-SP vence em 28/02. A APROPUC já enviou comunicado à Fundação São Paulo solicitando uma reunião para a discussão de um novo texto. A AFAPUC deverá realizar uma assembleia dia 02/3 para discutir a questão. O Acordo Interno da PUC-SP tem garantido, ao longo dos anos, uma série de conquistas aos professores e funcionários que ultrapassam os textos das convenções sindicais e tornaram-se uma referência para a luta sindical do país. Abaixo publicamos um quadro comparativo das principais conquistas do acordo em relação à Convenção Coletiva do Sinpro-SP

Acordo Interno da PUC-SP	Acordo Coletivo do Sinpro-SP
REGIME DE TRABALHO tempo parcial ou integral	Não especificado
CONTRATO DE TRABALHO - Prazo indeterminado, exceto casos extraordinários e não curriculares, e substituições. Não pode haver contratação como autônomos, temporários, cooperativados ou terceirizados.	Não especificado
PROFESSOR SUBSTITUTO - Não pode participar de processo de promoção na carreira, assumir chefias ou cargos de coordenação nem acumular horas administrativas. É garantido ao professor substituto todos os benefícios, gratuidades, licenças e processos de seleção de outras instituições, respeitando o tempo de trabalho.	Não especificado
ANTECIPAÇÃO SALARIAL - O salário pode ser adiantado em até R\$ R\$ 2.240,00 até o dia 20 de cada mês.	Não especificado
ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO : 5% a cada 5 anos no salário base, limitado a 3 quinquênios.	Não especificado
ESTABILIDADE DA DIRETORIA DA APROPUC - Durante dois anos de mandato.	Conforme CLT, apenas para diretoria do sindicato
BOLSAS DE ESTUDO - Para si, seus filhos ou dependentes, para cursos de graduação, pós-graduação e Cogeae. Até 20 horas com contrato de tempo parcial - Conforme convenção coletiva Para professores com tempo parcial de 20 hs até tempo integral duas gratuidades concomitantes nos cursos especificados acima. Filhos de professores Tempo parcial de 20 horas até tempo integral de 40 horas - duas gratuidades. Cogeae com 50% de desconto, limitadas a 20% das vagas no latu sensu.	Limite de 25 anos para os filhos terem direito a bolsa. Limite de duas bolsas, sendo que cada bolsista não pode usufruir de mais de uma. Em caso de demissão, as bolsas ficam garantidas até o final do período letivo. As bolsas de pós scriptu sensu serão limitadas a no máximo 30% das vagas de cada curso. No latu sensu não haverá limite de vagas. As dependências serão pagas pelo bolsista.
ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - 5% a cada 5 anos no salário base, limitado a 3 quinquênios.	Não especificado
ADICIONAL AUXILIO-ESCOLA - R\$ 600,00 até a criança completar sete anos, desde que o pai/mãe tenha carga horária TP 20 ou superior, todo dia 20.	Não especificado
LICENÇA PARA REALIZAR OUTRAS ATIVIDADES NA UNIVERSIDADE - Quem assumir cargos de direção ou assessoria poderá retornar as atividades de origem.	Não especificado
LICENÇA ADOÇÃO - 120 dias para as professoras, inclusive quando adoção provisória.	Não especificado
LICENÇA EM CASO DE DOENÇA DE FILHOS - 30 dias	Não especificado
LICENÇA PATERNIDADE - 7 dias	5 dias
LICENÇA PARA CUMPRIMENTO DE FUNÇÃO PÚBLICA - Até 8 anos, conforme mandato	Não especificado
DIRETORIA DA APROPUC - 50 horas de licença sem vencimentos.	Não especificado
COMPLEMENTAÇÃO POR ACIDENTE - 1º ao 6º mês, 100% do salário. Do 7º ao 12º mês, 50% da diferença entre o benefício previdenciário e o salário.	Segue a CLT
GARANTIA DE EMPREGO AO PROFESSOR EM VIAS DE APOSENTADORIA - Estabilidade de 36 meses, com no mínimo 5 anos de casa.	Estabilidade de 24 meses, pelo menos três anos de casa.
AVISO PRÉVIO - Acréscimo de 3 dias a cada ano de trabalho. Acréscimo de 15 dias para professores com mais de 45 anos.	Não especificado

MOVIMENTOS SOCIAIS

Temer faz "esforço concentrado" para sucatear previdência, trabalho e educação

O ano de 2017 começou sob o signo da urgência do governo federal para aprovar as reformas que ameaçam corroer ainda mais as condições de vida e trabalho da população

A PEC 287, que deve alterar as regras da aposentadoria e das pensões dos brasileiros propõe a idade mínima para aposentadoria de 65 anos, com pelo menos 25 anos de contribuição à Previdência.

Para receber 100% do valor, será necessário a partir da reforma contribuir por 49 anos, mesmo que tenha atingido 65 anos de idade.

Essas medidas aprofundam ainda mais o acesso à aposentadoria. Nas regiões de mais baixa renda do país, com uma esperança de vida que mal chega a 70 anos e trabalho informal, poucos terão acesso ao benefício durante a sua vida.

E tudo isso para cobrir um suposto déficit cujos valores são cotidianamente contestados pelos economistas.

A Central Sindical Conlutas deliberou em um seminário com outras organizações e partidos políticos intensificar os esforços para deflagrar uma greve geral contra a reforma da previdência, unindo diversos setores da classe trabalhadora que hoje encontram-se isolados das mobilizações.

Os esforços também irão no sentido de lutar contra o sucateamento proposto pela chamada reforma trabalhista. Pelo texto, que hoje tramita pelo Congresso Nacional, a Consolidação das Leis Trabalhistas, CLT, poderá ser alterada a qualquer momento se uma empresa e seus trabalhadores concordarem.

Assim direitos assegurados como férias, 13º salário, FGTS, poderão ser modificados sem que isso represente transgressão à lei.

PARALISAÇÃO DIA 8/3

Neste próximo 8/3, professores e professoras de todo o estado de São Paulo irão se reunir em uma grande assembleia da categoria para discutir os caminhos de luta dos docentes, numa conjuntura marcada por profundos ataques à educação e seus enormes efeitos nas vidas das mulheres. Além das reivindicações específicas a ideia é somar à paralisação internacional de mulheres neste dia 8, contra as medidas insanas do presidente Donald Trump, a cara mais machista e xenófoba do imperialismo.

A situação na educação não é menos alarmante. O Senado acaba de aprovar a (contra) Reforma do Ensino Médio. O malfadado texto possui um viés nitidamente mercadológico, que

embora aponte para a liberdade de escolha de cada instituição de ensino, ao propor a retirada de matérias como sociologia, filosofia, artes, demonstra uma linha de conduta onde os valores críticos da educação são descartados.

No Rio de Janeiro continua a luta dos professores, estudantes e funcionários contra o possível fechamento da UERJ. O início das aulas que deveria acontecer dia 17/2 foi adiado pela quinta vez por falta de condições para o recebimento dos alunos. Segundo Lia Rocha, presidente da Associação dos Docentes da Uerj (Asduerj SSind.), a tática de adiar o calendário acadêmico foi definida também pelos docentes, em assembleia, pois a total falta de condições de funcionamento e de trabalho, é agravada diante do não pagamento dos salários dos docentes e técnico-administrativos.

O Setor das Instituições Federais de Ensino (Setor das Ifes) do Andes-SN se reuniu nos dias 10 e 11/2 em Brasília (DF) e deliberou pela realização de uma rodada de assembleias gerais nas seções sindicais, entre 15/2 e 10/3, para discutir e deliberar as ações locais a serem realizadas no dia 15/3 - Dia Nacional de Lutas com greves, paralisações e mobilizações para construção da greve geral -, e debater também o índice de reposição salarial para a pauta unificada dos servidores públicos federais (SPF). Além disso, durante a reunião do Setor foram discutidos os encaminhamentos do 36º Congresso do Andes-SN, realizado em janeiro desse ano, o enfrentamento às contrarreformas Previdenciária e Trabalhista, e a revogação da lei da contrarreforma do Ensino Médio, aprovada no último dia 8.

Sintusp ameaçado de despejo

O Sindicato dos Trabalhadores da USP vem sendo ameaçado de despejo pela reitoria da USP. A entidade iniciou uma campanha em defesa de sua autonomia e lançou um abaixo assinado, cujos principais trechos reproduzimos abaixo. A APROPUC se solidarizou com o Sintusp e aderiu ao abaixo assinado.

"Na linha da onda repressiva aos direitos trabalhistas que assola o país, aproveitando-se do abalo das bases democráticas, a direção da USP levou adiante de forma radical seu projeto, declarado no início da gestão do atual reitor, de eliminar o sindicalismo da universidade. Primeiro, por meio de um Ofício,

emitido em 6/4/16, a direção da USP conferiu um prazo de 30 (trinta) dias para que o Sindicato dos Trabalhadores da USP (SINTUSP) deixasse o cômodo que ocupa no campus.

A comunidade uspiana reagiu e, aparentemente, a direção da universidade havia desistido de cometer esse desatino.

No entanto, na sexta-feira, dia 9/12/16, aproveitando-se mais uma vez do período das férias, como já se tornou tradição na USP, para o cometimento de atos arbitrários, a reitoria obteve decisão judicial liminar para a promoção, mesmo por via militar, do despejo do Sintusp da sede que ocupa nas dependências da universidade.

(...) O ato da reitoria não atende a nenhum fundamento jurídico administrativo, represen-

tando, pois, meramente, um ato antissindical.

(...) Resta evidenciado, portanto, que o ato da Reitoria não passa de uma atitude de represália contra a ação sindical do Sintusp, caracterizando-se, por isso, como um atentado à classe trabalhadora como um todo, o que é incompatível com a moralidade administrativa e o respeito à ordem constitucional.

(...) Assim, os abaixo assinados repudiam publicamente o ato da Reitoria da USP ao mesmo tempo em que recusam a legitimidade do ato, vez que contrário à própria razão de ser de uma universidade como fonte produtora e difusora de um saber voltado à elevação da condição humana, ao respeito da ética e contra todas as práticas arbitrárias e antidemocráticas.

ROLA NA RAMPA

Início das aulas tem semana de recepção e reformas em andamento

A reitoria, com a participação de alguns centros acadêmicos, está organizando uma semana de recepção aos calouros na semana de 20 a 25/2. A programação comum da universidade prevê atividades coletivas na segunda e na sexta-feira, ficando os outros dias para atividades que cada curso programou. As atividades incluem palestras, encontros com chefias e coordenações e tours pela PUC-SP. Por outro lado o campus Monte Alegre iniciará suas atividades ainda em obras, pois as reformas que tiveram início nas férias, ainda não foram concluídas. Serão dez salas inteligentes no 3º andar do prédio novo,

com projetores, tratamento acústico, lousa digital e ar condicionado. Também no prédio novo estão sendo reformados os banheiros de três pavimentos. Essa primeira fase das obras só terminará em meados de março, quando começará a reforma dos outros banheiros. Mas a reitoria garante que não haverá transtornos para o início das aulas. O campus Marques de Paranaguá também está em obras com reformas e adequações em laboratórios que deverão estar prontas logo início das aulas, mas essas reformas, segundo a direção da Faculdade, não trarão transtornos aos estudantes e professores.

Livro homenageia professor Cahali

Os alunos de Doutorado da PUC-SP lançaram o livro "Princípios, Cláusulas Gerais e Conceitos Jurídicos Indeterminados nos Institutos de Direito Privado" em Homenagem ao Prof. Dr. Francisco José Cahali. Coordenado por Alexandre Jamal Batista, o livro traz análises sobre o tema elaboradas por especialistas como Carolina

Xavier da Silveira Moreira, Cesar Calo Peghini, Fausto Junqueira de Paula, Fernanda Pessanha do Amaral Gurgel, Gilberto Fachetti Silvestre, Leila Adriana Vieira Seijo de Figueiredo, Luís de Carvalho Cacaldi, Maria Helena Campos de Carvalho, Silmara D. Araújo Amarilla, Stela Marlene Scherz e Thiago Rodovalho.

Tribunal Popular julga crimes do capitalismo

O Tribunal Popular, junto com Movimentos, Partidos, Coletivos, Sindicatos, Lutadoras e Lutadores do mundo todo, com o apoio da APROPUC, em nome de um projeto comum de humanidade, organiza neste ano, quando é comemorado o centenário da Revolução Russa, uma série de eventos que colocarão em julgamento os crimes cometidos pelo capitalismo ao longo dos últimos séculos. A primeira

atividade acontecerá no dia 9/3 em local a ser anunciado. Segundo o manifesto do Tribunal Popular "É articulando, lembrando, debatendo, cantando, ouvindo, vendo, acumulando - sempre coletivamente - que construiremos as bases que possibilitarão o julgamento dos crimes cometidos pelo Sistema Capitalista. Aos presentes (entre mortos e feridos), e aos que virão, à vitória sempre!"

Patrões querem cortar direitos de professores e funcionários

A campanha salarial de professores funcionários já está em andamento e desta vez são os patrões da educação que apresentam uma pauta de reivindicações. Seguindo a sandice reformista do governo golpista de Temer os empresários da educação estão se antecipando à reforma trabalhista e propondo a desregulamentação de várias conquistas das categorias. Assim as mantenedoras estão propondo re-

duzir o adicional de horas extras de 100% para 50%, limitar as bolsas de estudo a 5% das vagas disponíveis para os chamados "cursos regulados" (Direito, Odontologia, Medicina, Psicologia), cobrar 10% de adicional sobre consultas e exames em convênios médicos e só autorizá-los depois do contrato de experiência, fim do aviso prévio adicional de 15 dias ao professor com mais de 50 anos de idade.

APROPUC manifesta apoio à Chapa 1 do CRESS e do CFESS

A APROPUC apoia a Chapa 1 concorrendo ao CRESS-SP " Ampliações- Trilhando a luta com consciência de classe pelo seu programa e direção. A Chapa expressa pontos programáticos comuns aos defendidos pela APROPUC na defesa do ensino público, universal, de qualidade, contra o governo ilegítimo de Temer e seus ataques a classe trabalhadora com a destruição de direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados, entre eles a contra-reforma da previdência e trabalhista em curso. Em um momento do avanço do conservadorismo e da direita nesse país as entidades combativas se unificam ainda mais nas lutas classistas de resistência contra o

desmorte da nação! Da mesma maneira a APROPUC apoia a Chapa 1 concorrendo ao CFESS " E de Batalhas que se constrói a Vida" por representar a continuidade do projeto ético político da categoria, por compor seu programa e chapa nos marcos da democracia da entidade e se somar as entidades classistas e de luta em defesa das reivindicações imediatas e históricas da classe trabalhadora que vem sendo destruídas pelo neoliberalismo e de forma mais intensa no governo ilegítimo de Temer. É necessária a luta permanente de resistência e a chapa 1 expressa esse caminho de combate com autonomia e independência de classe

ASSEMBLEIA DOS FUNCIONÁRIOS

2/3

quinta-Feira

14h30

local a confirmar

Acordo Interno de Trabalho